

Lílian Maria Froes Muschioni Pacheco

A falência requerida pela fazenda pública, os princípios constitucionais e a recuperação judicial das empresas

RESUMO

Neste estudo, por constituir tema bastante controverso na doutrina, buscou-se analisar a viabilidade jurídica da Fazenda Pública requerer a falência dos contribuintes devedores.

Vários e renomados juristas já se posicionaram a respeito do assunto, definindo que a Fazenda tem interesse processual e legitimidade para o requerimento falencial.

Já os argumentos contrários ao requerimento de falência feito pelo Fisco assentam-se na incolumidade concursal, na existência dos privilégios fazendários e na inexigibilidade de cobrança dos acessórios do crédito tributário no processo falencial.

Entendemos que o pedido de falência ajuizado pela Fazenda Pública contra contribuinte devedor não pode e não deve ser analisado tão somente no aspecto duro e frio da lei, mas há de se tomar em conta, também, os valores fundamentais da organização estatal, explícitos ou implícitos, como a ordem, a segurança, a paz, a solidariedade; em última análise, a justiça.

Portanto, não obstante a conclusão de que a Fazenda tem interesse jurídico e legitimidade para propositura do pedido, concluímos que tal requerimento não seria viável juridicamente em função dos princípios da razoabilidade e da função social da propriedade e da moralidade administrativa.

ABSTRACT

In this study, as it deals of a very controversial doctrine theme, we tried to analyze the possibility in which the Public Treasury may file for the debtor tax payer bankruptcy.

Several and renowned jurists have already taken position on the matter, defining that the Treasury has got procedural interest and legitimacy for petition to the court to declare a debtors bankruptcy.

On the other hand, the reasons on contrary to the petition of bankruptcy by the Fisco / Tax Collection Department are based on the concursal invulnerability, on the existence of Treasury privileges and on the non-exigency of the collection of the tax credit accessories in the bankruptcy process.

The bankruptcy petition filed by the Public Treasury against the debtor tax payer cannot and should not be analyzed only concerning the hard and cold aspect of the law, but it must be taken into account as well the fundamental explicit and implicit values of the state organization, such as order, security, peace, solidarity; in the ultimate analysis, justice.

We understand, therefore, that the Treasury has got juridical interest and legitimacy for the petition, which, however, would not be judicially viable due to the reasonability and social function of the administrative propriety and morality